

Caderno de Encargos

Aquisição de serviços para a realização de serviços de formação e consultoria do Projeto Falar de Igualdade - no âmbito do PAOITI AMP Centro Sul, para o Município de Vila Nova de Gaia Município de Vila Nova de Gaia

Índice

PARTE I – Do Contrato	3
Cláusula 1.ª- Objeto	3
Cláusula 2.ª- Contrato.....	3
Cláusula 3.ª- Prazos	3
Cláusula 4ª - Preço base	3
Cláusula 5.ª- Obrigações principais do fornecedor/prestador de serviços	4
Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo.....	4
Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo.....	5
Cláusula 8.ª- Preço contratual	5
Cláusula 9.ª- Condições de pagamento	5
Cláusula 10.ª- Penalidades contratuais	7
Cláusula 11.ª- Resolução do contrato.....	7
Cláusula 12ª - Cessão da posição contratual	8
PARTE II Condições de Execução do Contrato	9
Cláusula 13ª - Local e conformidade da prestação de serviços:.....	9
Cláusula 14.ª- Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	9
Cláusula 15.ª - Patentes, licenças e marcas registadas.....	9
Cláusula 16.ª – Serviços	10
Cláusula 17.ª – Proteção de dados pessoais.....	10
Cláusula 18.ª – Avaliação de Fornecedores	11
Cláusula 19.ª Acompanhamento da execução do contrato	12
PARTE III – Disposições Finais	12
Cláusula 20.ª- Foro competente	12
Cláusula 21.ª- Comunicações e notificações	12
Cláusula 22.ª- Contagem dos prazos na fase de execução do contrato	13
Cláusula 23.ª- Produção de efeitos.....	13
Cláusula 24.ª- Legislação aplicável.....	13
PARTE IV – Especificações Técnicas	13
Cláusula 25.ª - Especificações Técnicas dos serviços a prestar.....	13
Cláusula 26.ª - Perfil técnico dos recursos a afetar aos serviços previstos	14
Cláusula 27ª - Substituição das equipas	15

PARTE I – Do Contrato

Cláusula 1.ª- Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de formação e consultoria no âmbito do Projeto Falar de Igualdade, de acordo com as especificações técnicas, definidas na parte IV do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª- Contrato

O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A Proposta Adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª- Prazos

O contrato resultante do presente procedimento mantém-se em vigor até realização total da prestação de serviços a qual nunca poderá ser superior a 5 meses, não podendo ultrapassar o dia 31 de dezembro de 2025.

Cláusula 4ª - Preço base

1 - O preço base, para efeitos do presente procedimento, é de € 8.640 € (oito mil, seiscentos e quarenta

euros), isento de IVA, ao abrigo do artº 9º do CIVA, correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2 - O preço base mencionado no número anterior foi determinado em função da ponderação dos valores obtidos através de consulta preliminar ao mercado, realizada ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

Cláusula 5.ª- Obrigações principais do fornecedor/prestador de serviços

1- O prestador fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2 - O prestador de serviços deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

3 - Obriga-se também o prestador de serviços a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, nomeadamente ser certificado pela DGERT nos termos da Portaria nº 851/2010, nas áreas temáticas 311: Psicologia e 312: Sociologia e outros estudos.

Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo

1 - O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Gaia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª- Preço contratual

1-Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve pagar ao prestador de serviços o preço total constante da proposta adjudicada, isento de IVA.

2– O preço a que se refere o número 1 é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:

- a. Um mês após a início do contrato- pagamento de 50% do valor total da proposta adjudicada;
- b. Apresentação de relatório final a entregar aquando da conclusão da prestação de serviços, podendo no máximo entregar até 30/11/2025 - pagamento de 50% do valor total da proposta adjudicada.

3 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os inerentes à prestação de serviços objeto do contrato para o respetivo local de prestação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4 — Não haverá lugar à revisão de preços.

Cláusula 9.ª- Condições de pagamento

1 - A quantia devida pelo Município de Vila Nova de Gaia, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção, pelo Município de Vila Nova de Gaia, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva prevista para cada mês de execução.

2 - Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a conclusão das prestações de serviços objeto do contrato, para cada mês de execução do contrato.

3 - Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Gaia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo fornecedor ou através de emissão de cheque.
- 5 - Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
- 6 - As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:
- i. através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas;
 - ii. através de email, sendo que neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para faturas@cm-gaia.pt, anexando o respetivo PDF da fatura (assinado digitalmente) e o respetivo ficheiro XML, com a estrutura necessária para o efeito (ver nota seguinte).
- 6.1. O tratamento das faturas remetidas através de email, para o endereço faturas@cm-gaia.pt, é um processo automatizado, pelo que o email deverá ser remetido contendo em anexo o ficheiro PDF devidamente assinado, o ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT preferencialmente) e, deve ser indicado o email por onde serão enviadas as faturas eletrónicas para inclusão do mesmo na lista de endereços da respetiva plataforma onde será feita a receção e integração das mesmas
- A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a PI – Portugal Informático (YET - Your Electronic Transactions), à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária, podendo o prestador esclarecer as suas dúvidas através do email support@yetspace.com.
- 6.2. A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.
- 6.3. O prestador deverá fazer constar da fatura, entre outros dados, o número de compromisso, válido e previamente comunicado, sendo que, a falta deste, ou a sua incorreção, obstará ao correto registo e

subsequente tramitação da fatura, implicando assim a sua devolução (n.º 1 e 2, artigo 9.º da LCPA) e o inerente diferimento do seu pagamento.

- 7 - Caso não estejam obrigados à emissão de faturação eletrónica, que sucede, designadamente, nos casos de aquisições resultantes de um procedimento ao abrigo de ajuste direto simplificado (n.º 3 do artigo 128.º do CCP, na sua redação atual), ou, nos casos de contratos declarados secretos ou acompanhados de medidas especiais de segurança (n.º 2 do artigo 299.º-B do CCP), nem pretendam fazer o seu envio por essa via, devem os originais das faturas em suporte de papel, devidamente autenticados, ser entregues ou remetidos por correio postal devidamente endereçado ao Município de Vila Nova de Gaia.

Cláusula 10.ª- Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução fixados a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária de até 5% do valor do contrato.
- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Gaia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município de Vila Nova de Gaia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Gaia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª- Resolução do contrato

- 1 – O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos por uma das Partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo

não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito;

3 - O contrato pode também ser resolvido pelo Município de Vila Nova de Gaia caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do fornecedor:

- a) Quando as atividades previstas e agendadas contratualmente não se realizem nas datas fixadas contratualmente pelas partes, e não se cumpra o clausulado nos pontos 3.e 4 da cláusula 25ª por causa direta e exclusivamente imputável ao prestador dos serviços;
- b) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
- c) Prestação de falsas declarações;
- d) Estado de falência ou insolvência;
- e) Cessaçã da atividade;
- f) Condenaçã, por sentençã transitada em julgado, por infraçã que afete a idoneidade profissional do fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitaçã judicial.

4 - O direito de resoluçã referido no número anterior exerce-se mediante declaraçã escrita enviada ao fornecedor.

5 - O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

6 - O contraente público pode ainda resolver o contrato, a título sancionatário, nos casos de incumprimento do cocontratante previsto no artigo 333.º, por razõs de interesse público nos termos do artigo 334.º e ainda por alteraçã anormal e imprevisível de acordo o disposto no artigo 335.º do CCP.

Cláusula 12ª - Cessã da posiçã contratual

1 - A cessã da posiçã contratual do adjudicatário carece sempre de autorizaçã da entidade adjudicante e rege-se pelo preceituado nos artigos 316.º a 318.º do CCP.

2 - Em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigaçõs, que reúna os pressupostos para a resoluçã do contrato, o contraente público pode determinar a cessã da posiçã contratual, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.

3 - No caso do número anterior, a execuçã do contrato ocorre nas mesmas condiçõs já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

PARTE II Condições de Execução do Contrato

Cláusula 13ª - Local e conformidade da prestação de serviços:

- 1 – Os serviços objeto do contrato devem ser prestados nos locais a definir em sede de execução contratual, a comunicar pelo respetivo gestor do contrato com uma antecedência de 8 (oito) dias da data da sua operacionalização.
- 2- Os serviços objeto do contrato devem ser prestados de acordo com as cláusulas técnicas anexas ao presente caderno de encargos.
- 3 - Sempre que solicitado, o prestador de serviços obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, os respetivos relatórios periódicos dos trabalhos e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para o bom e integral funcionamento daqueles.
- 4 - São da responsabilidade do prestador de serviços objeto do contrato todas as despesas e custos com transporte inerentes à prestação dos serviços.

Cláusula 14.ª- Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

- 1 — No caso dos serviços objeto do contrato não comprovarem a sua total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve disso informar, por escrito, o fornecedor/prestador de serviços.
- 2 – No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vila Nova de Gaia, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características e especificações exigidas.

Cláusula 15.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

- 1 - Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
- 2 - O Município de Vila Nova de Gaia não assume qualquer responsabilidade por Infrações cometidas pelo prestador de serviços no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade

intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

Cláusula 16.ª – Serviços

1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Seguro de acidentes de trabalho nos termos legais;
- b) Seguro de responsabilidade civil da atividade.

2 – O Município de Vila Nova de Gaia pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 17.ª – Proteção de dados pessoais

1 - Constituem obrigações do prestador de serviços, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
- c. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- d. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
- e. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- f. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;

2 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

- 3 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr termo à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
- 4 - Finda a vigência do contrato, o prestador de serviços tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

Cláusula 18.ª – Avaliação de Fornecedores

- 1 – Aquando da receção da última fatura e no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, é feita a avaliação de cada fornecedor/ prestador, referente a toda a execução do contrato, de acordo com os seguintes critérios:
- I. Cumprimento dos prazos de entrega - Análise do desempenho do Fornecedor/Prestador no que respeita à adequação dos prazos de entrega às necessidades do MVNG, identificando atrasos nas entregas, aplicando a seguinte pontuação:
- 1 – Entrega ou presta o serviço com atraso com implicações para o funcionamento do serviço(s);
 - 3 – Entrega ou presta o serviço com atraso sem implicações para o funcionamento do serviço(s);
 - 5 – Entrega ou presta o serviço no prazo.
- II. Cumprimento das especificações – Capacidade do fornecedor/prestador em cumprir as condições contratuais/especificações dos produtos solicitados:
- 1 – Entrega ou presta serviço inadequado e/ou com impacto na satisfação dos serviços;
 - 3 – Entrega ou presta serviço com deficiências, mas que não têm impacto na satisfação dos serviços;
 - 5 – Entrega ou presta serviço adequado.
- III. Faturação - Análise do desempenho do Fornecedor/Prestador no que respeita à emissão da (s) fatura (s)
- 1 – Existiram problemas de faturação que levou à devolução de faturas;
 - 3 – O Fornecedor/Prestador teve dificuldades na faturação, mas nunca levou à devolução;
 - 5 – O Fornecedor/ Prestador faturou sempre com integral cumprimento contratual.
- 2 – Os resultados obtidos nos critérios referidos no ponto anterior serão convertidos em SATISFAZ/ NÃO SATISFAZ, através da média, sendo de SATISFAZ quando o valor obtido seja igual ou superior a 3 e de

NÃO SATISFAZ quando inferior a 3.

3– O resultado obtido em cada contrato será disponibilizado na plataforma de Contratação Pública no campo “avaliação do procedimento” correspondente, sendo anualmente notificados (via plataforma eletrónica) da média dos resultados obtidos.

Cláusula 19.ª Acompanhamento da execução do contrato

- 1 – É nomeado um Gestor de Contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações contratuais das partes, nos termos do disposto nos artigos 290.º - A do CCP.
- 2 – Sempre que o contrato não seja reduzido a escrito, é dado conhecimento da identificação do Gestor de Contrato e respetivos contactos através de notificação, por escrito, referente a requisição / nota de encomenda / pedido de a remeter ao Adjudicatário.

PARTE III – Disposições Finais

Cláusula 20.ª- Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª- Comunicações e notificações

- 1 – Todas as notificações e comunicações relativas à fase de execução do contrato, incluindo as respeitantes à aplicação de sanções contratuais, serão efetuadas, apenas, por correio eletrónico, nos termos da possibilidade admitida no artigo 468º do CCP.
- 2 – No contrato serão identificados os endereços de correio eletrónicos para onde devam ser remetidas as notificações e comunicações referidas no número anterior, sendo que qualquer alteração no endereço eletrónico deve ser comunicada à outra parte.
- 3 – As notificações e comunicações remetidas nos termos dos números anteriores, consideram-se feitas no dia da respetiva expedição (envio), cfr. alínea a) do nº 1 do artigo 469º do CCP.

Cláusula 22.ª- Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte

Cláusula 23.ª- Produção de efeitos

Nos termos do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato produz efeitos na data da sua publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cláusula 24.ª- Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE IV – Especificações Técnicas**Cláusula 25.ª - Especificações Técnicas dos serviços a prestar**

A ação integra as atividades com as seguintes especificações técnicas:

A- Implementação de 8 sessões de capacitação / formação para pessoal docente e não-docente, técnicos de apoio psicossocial e outros profissionais. Os profissionais serão selecionados pelo Município de Vila Nova de Gaia, mediante previa inscrição e os grupos serão tendencialmente mistos e de diferentes áreas formativas.

As sessões deverão incidir nas seguintes temáticas e poderão ser implementadas em modalidade presencial ou online, consoante as necessidades identificadas pelo Município:

- I. Igualdade de género e igualdade entre mulheres homens:
 - a) Ação de sensibilização (3h) – 20 participantes -1 (um grupo);
 - b) Ação de formação de curta duração (6h) – 20 participantes -1 (um grupo);
 - c) Ação de formação especializada (25h) – 20 participantes -1 (um grupo).

- II. Diversidade sexual e de género em contexto escolar:
 - a) Ação de sensibilização (3h) – 20 participantes-1 (um grupo);
 - b) Ação de formação de curta duração (6h) – 20 participantes- 1 (um grupo);
 - c) Ação de formação especializada (25h) – 20 participantes-1 (um grupo).

- III. Intervenção Psicossocial com população LGBTQI+ :
 - a. Ação de formação de curta duração (6h)- 20 participantes- 1 (um grupo);
 - b. Ação de formação especializada (25h)- 20 participantes- 1 (um grupo).

B) - Consultoria para a integração da igualdade de género e diversidade sexual em conteúdos do município (40h), para que seja possível a organização de um plenário de eventos e atividades e a revisão e ajuste para linguagem inclusiva de documentos e ações preexistentes;

C)-Criação de um programa de capacitação para pais com o objetivo de psico-educar para as questões de género e diversidade sexual e realização de um workshop de uma hora e meia para um grupo de 30 pais a indicar pelo Município.

2 - Todas estas atividades serão agendadas contratualmente, e decorrerão em local a designar pelo adjudicante.

3-Para as atividades formativas (referidas em A) e workshop (referido em C), o adjudicatário fornecerá a todos os participantes efetivos manuais e/ou cópias de informação complementar.

4-As atividades referidas no ponto A. devem ficar registadas em processo técnico-pedagógico, que comprovem a respetiva realização, à entidade adjudicante, e deverão despoletar a emissão de certificados de aproveitamento na Plataforma Pública do SIGO, e conforme Portaria nº474/2010.

Cláusula 26.^a - Perfil técnico dos recursos a afetar aos serviços previstos

a) - Os formadores selecionados para assegurar as atividades de sensibilização e formação referidas no ponto

1.1, devem cumprir com os requisitos legais para o desempenho de funções de formador, cfr. nº1 e 2 da Portaria n.º 214/201, deterem formação superior comprovada e experiência de intervenção e/ou formação/especialização nas áreas objeto da formação/capacitação.

b) -Os técnicos afetos à consultoria para a integração de igualdade de género e diversidade em conteúdos do município e criação de um programa de formação para pais, devem deter formação superior comprovada e experiência de intervenção e/ou formação/especialização na área objeto da consultoria.

c)- O(a) gestor(a) do projeto deve possuir formação académica superior ao nível de Licenciatura em Direito, Ciências Sociais ou Psicologia, ser detentor(a) de curso de formação profissional de formação de formadores para a obtenção de especialização em igualdade do género.

Cláusula 27ª - Substituição das equipas

A substituição dos técnicos, ocorrendo após a outorga do Contrato, deve ser comunicada pelo Outorgante Adjudicatário com a antecedência mínima de cinco dias úteis ao gestor do contrato, devendo as respetivas aptidões, técnicas e académicas, serem verificadas e validadas pelo Gestor do Contrato do Adjudicante.